Agrociencia Uruguay 2025 | Volume 29 | Number NE4 | Article e1625
DOI: 10.31285/AGRO.29.1625
ISSN 2730-5066

Agricultura familiar: desafios e perspectivas

Circuitos curtos de comercialização e as relações com o trabalho entre os agricultores assentados no estado de São Paulo, Brasil

Mendonça, G. M. [1]

[1] *Universidade Federal do Tocantins, Palmas, Tocantins, Brasil*

Resumo

A noção das multifuncionalidades da agricultura familiar fomenta o olhar múltiplo sobre os atores sociais no campo ao integrar práticas sustentáveis que aumentam a resiliência climática, reduzindo os impactos das mudanças climáticas por meio da biodiversidade, manejo ecológico e, em nosso caso, também através do fortalecimento dos circuitos curtos de comercialização. Neste estudo, o trabalho de agricultoras do assentamento Milton Santos em São Paulo, que desenvolvem seus cultivos através dos princípios da agroecologia, é analisado com o objetivo de verificar as mudanças em relação ao trabalho produtivo geradas pela produção e consumo agroecológicos. Através de observação participante e entrevista semiestruturada com 12 agricultoras, os resultados sistematizados através de análise de conteúdo demonstram a construção da relação entre produtores e consumidores. À medida que as agricultoras buscam o preço justo para atingir a maior quantidade de consumidores, foi observada a criação de uma relação de afeto com o trabalho no campo, fomentado pelo reconhecimento do trabalho produtivo por parte do consumidor. Para além do trabalho, relata-se uma melhoria na saúde e na qualidade de vida a partir da produção agroecológica, incluindo a troca de sementes e alimentos entre as agricultoras. Observamos como as relações nos sistemas agroalimentares locais podem minimizar os impactos das alterações climáticas, fortalecendo a economia local, a resiliência do assentamento para a construção da agroecologia e a promoção da segurança alimentar. Esperamos que nossa contribuição local gere inovação em outros lugares, em busca da agroecologização de municípios do Brasil e da América Latina.

Palavras-chave: agroecologia, soberania alimentar, cooperativa, reciprocidade

Editor

Matías Carámbula
Universidad de la República, Montevideo, Uruguay

Received *4 Dec 2024*
Accepted *6 Aug 2025*
Published *27 Nov 2025*

Correspondence

Gabriela M. Mendonça
gabriela.m.mendonca@gmail.com

CC BY

Mendonça GM. Circuitos curtos de comercialização e as relações com o trabalho entre os agricultores assentados no estado de São Paulo, Brasil. Agrociencia Uruguay [Internet]. 2025 [cited dd mmm yyyy];29(NE4):e1625. Doi: 10.31285/AGRO.29.1625.

Short marketing circuits and labor relations among settled farmers in the state of São Paulo, Brazil

Abstract

The concept of the multifunctionality of family farming encourages a multi-layered perspective on social actors in rural areas by integrating sustainable practices that enhance climate resilience, thus reducing the impacts of climate change through biodiversity, ecological management, and, in our case, by strengthening short supply chains. This study analyzes the work of women farmers in the Milton Santos settlement, who practice agroecological cultivation, aiming to identify changes in productive labor resulting from agroecological production and consumption. Through participant observation and semi-structured interviews with 12 women farmers, findings systematically organized through content analysis reveal the development of relationships between producers and consumers. The farmers seek fair pricing to reach a larger number of consumers, and a sense of affection for agricultural work is observed, fostered by consumer recognition of their productive efforts. Beyond labor, the farmers report improved health and quality of life associated with agroecological production, including the exchange of seeds and food among farmers. We observe how relationships within local agri-food systems can mitigate the impacts of climate change, strengthening the local economy, the resilience of the settlement, and contributing to the advancement of agroecology and food security. We hope that our local contribution can inspire innovations in other regions, in pursuit of agroecological development across municipalities in Brazil and Latin America.

Keywords: agroecology, food sovereignty, cooperative, reciprocity

Circuitos cortos de comercialización y las relaciones de trabajo entre agricultores asentados en el estado de São Paulo, Brasil

Resumen

La noción de las multifuncionalidades de la agricultura familiar fomenta una mirada múltiple hacia los actores sociales en el campo, al integrar prácticas sostenibles que aumentan la resiliencia climática, reduciendo los impactos del cambio climático a través de la biodiversidad y el manejo ecológico y, en nuestro caso, también mediante el fortalecimiento de los circuitos cortos de comercialización. En este estudio, se analiza el trabajo de agricultoras del asentamiento Milton Santos, quienes desarrollan sus cultivos bajo los principios de la agroecología, con el objetivo de verificar los cambios en el trabajo productivo generados por la producción y consumo agroecológicos. A través de observación participante y entrevistas semiestructuradas con 12 agricultoras, los resultados sistematizados mediante análisis de contenido muestran la construcción de la relación entre productores y consumidores. Las agricultoras buscan un precio justo para alcanzar al mayor número de consumidores, y se observa la creación de una relación de afecto hacia el trabajo en el campo, impulsada por el reconocimiento de su labor productiva por parte del consumidor. Más allá del trabajo, las agricultoras relatan mejoras en su salud y calidad de vida asociadas a la producción agroecológica, que incluyen el intercambio de semillas y alimentos entre ellas. Observamos cómo las relaciones en los sistemas agroalimentarios locales pueden mitigar los impactos del cambio climático, fortaleciendo la economía local y la resiliencia del asentamiento, para avanzar en la construcción de la agroecología y la promoción de la seguridad alimentaria. Esperamos que nuestra contribución local inspire innovaciones en otros lugares, en busca de la agroecologización de municipios en Brasil y América Latina.

Palabras clave: agroecología, soberanía alimentaria, cooperativa, reciprocidad

1. Introdução

Um marco histórico no desenvolvimento da agricultura é a Revolução Verde, referente ao processo de industrialização da agricultura em nível mundial, a partir do incremento tecnológico proveniente do período pós-Segunda Guerra Mundial. O conceito é fundamentado no desenvolvimento de modelos para aumentar a produtividade através dos implementos agrícolas, porém sem considerar as especificidades de cada território e suas consequências socioambientais relacionadas às agressões à natureza.

Embora a Revolução Verde tenha melhorado a produção de certos cultivos, seu processo não se mostrou sustentável, já que causou danos ao ambiente, provocou perdas de biodiversidade e do conhecimento tradicional associado, e favoreceu os agricultores mais capitalizados, deixando os agricultores pobres mais endividados (p. 23)[1]. As críticas deste modelo de produção levaram à emergência de ideais referidos a um modelo alternativo de agricultura.

Os sistemas de produção alternativos emergem com a proposta de agregar às diferentes condições ambientais, integrando as dimensões ecológicas, econômicas, sociais e agronômicas no planejamento produtivo. Diversas correntes foram desenvolvidas, dentre elas a agroecológica, que surge como consequência de uma busca de suporte teórico para as diferentes correntes de agricultura alternativa, alinhando os conhecimentos tradicionais aos conhecimentos tecnológicos e científicos.

A noção de soberania alimentar visa assegurar o direito básico à alimentação. O debate sobre este tema[2] destaca os múltiplos sentidos das noções de segurança e soberania alimentar. Compreendendo a complexidade destes debates, a Via Campesina busca difundi-lo com vistas a defender a agricultura camponesa em seus diferentes contextos. Desde 2000, esse debate integra também as discussões do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

Com o desenvolvimento das discussões sobre o cultivo agroecológico e os benefícios das ações intermediadas pelos movimentos sociais do campo, como no caso do MST, esta orientação produtiva passou a ser priorizada para todos os assentamentos. Neste âmbito, a construção do discurso agroecológico do movimento integra a esfera produtiva, social, econômica e ambiental.

A noção da multifuncionalidade da agricultura examina em que medida as atividades produtivas realizadas pelos agricultores e agricultoras do assentamento promove a reprodução socioeconômica das famílias, a segurança alimentar, a manutenção da cultura e a preservação dos recursos naturais[2].

Uma das atividades produtivas relacionadas aos alimentos é a agricultura orgânica, modelo conhecido pelos consumidores como sinônimo das correntes de produção não industriais que buscam reconhecer a importância das diferentes interações ecológicas na produção agrícola. No Brasil, o marco regulatório da agricultura orgânica é a Lei 10.831 de 23 de dezembro de 2003, que descreve a oferta de produtos saudáveis isentos de contaminantes intencionais, a preservação da diversidade biológica dos ecossistemas naturais, o incremento da atividade biológica do solo, e a promoção do uso saudável do solo, a água e o ar[3].

Ainda sobre as políticas relacionadas à agricultura orgânica, o decreto nº 6.323 de 27 de dezembro de 2007 estabelece conceitos, diretrizes e disposições gerais relacionadas à produção, comercialização, qualidade e insumos na produção orgânica, considerando que a abrangência do sistema orgânico de produção inclui aspectos ecológicos, biodinâmicos, naturais, regenerativos, biológicos, agroecológicos, permacultura e outros[4]. Também são incluídas as modalidades de Sistemas Participativos de Garantia da Qualidade Orgânica: o Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC) e a Organização de Controle Social (OCS).

Assim, essa pesquisa busca agregar às discussões sobre os circuitos curtos, a agroecologia no assentamento e sua relação com o trabalho na agricultura. Embora esta última temática tenha sido brevemente abordada por Maas e outros[5], a integração entre essas áreas de conhecimento de forma multidisciplinar ainda é emergente.

Este artigo tem como objetivo analisar as relações de trabalho desenvolvidos na cooperativa denominada Cooperflora, situada no assentamento Milton Santos, cuja orientação produtiva busca agregar os ideais da agroecologia. Neste processo, considerando as implicações da agroecologia e da modalidade dos circuitos curtos de comercialização ao trabalho dos agricultores, focalizaremos os mecanismos de comercialização direta como

fator de implementação de sistemas agroecológicos inovadores para a agricultura familiar e como elemento de resistência à produção convencional.

Nesse sentido, compreender os mecanismos de comercialização direta se torna essencial para o desenvolvimento da agricultura familiar promovida nos assentamentos da reforma agrária. Inclusive, o processo pode auxiliar na construção de caminhos para implementar sistemas agroecológicos de maneira inovadora e sustentável, promovendo maior autonomia econômica, aumento da rentabilidade e resiliência dos sistemas produtivos familiares. Em relação ao consumo, favorece a sazonalidade e os alimentos locais, apoiando práticas de produção que respeitam o meio ambiente e promovem a biodiversidade.

Essas dinâmicas se tornam ainda mais relevantes diante do contexto das mudanças climáticas, uma vez que os sistemas agroecológicos organizados por meio de circuitos curtos e solidários de comercialização tendem a ser mais adaptáveis aos eventos climáticos extremos, reduzem a dependência de insumos externos e promovem a diversificação produtiva como estratégia de mitigação e adaptação. Adicionalmente, o fortalecimento das redes locais de abastecimento diminui as emissões de gases de efeito estufa associadas ao transporte de alimentos em longas distâncias, contribuindo para o desenvolvimento de sistemas alimentares de baixo carbono e climaticamente mais resilientes.

1.1 Circuitos curtos de comercialização

Existem duas modalidades de comercialização: os circuitos longos, relacionados à produção e consumo em grandes mercados e locais, onde o consumidor não reconhece quem são os produtores envolvidos na produção; e os circuitos curtos, apresentados por Bava como uma inspiração das experiências de desenvolvimento local, que integram práticas de economia solidária, comércio justo e preocupação com a sustentabilidade ambiental[(6)].

Os circuitos curtos de comercialização, também denominados circuitos curtos de proximidade permitem a aproximação entre o local de produção e seus consumidores, rompendo com a relação puramente mercadológica e construindo uma relação entre produtor e consumidor. A construção desta modalidade de comercialização busca a valorização do território, das populações e da produção (p. 44)[(7)].

O referencial de circuitos curtos de proximidade é fundamentado em quatro pilares: 1. Sociedade: Solidariedade entre os cidadãos e garantia de equilibro alimentar; 2. Meio ambiente: preservação da biodiversidade; 3. Economia: ética, autonomia e negociação de preços justos em relação ao mercado, e; 4. Produtos: defesa do consumo de alimentos orgânicos, defendendo a tradição e a territorialidade (p. 67)[(8)].

No âmbito social, o circuito curto integra a realidade do produtor e do consumidor, promovendo uma relação de proximidade e aprendizado, favorecendo a compreensão da sazonalidade, dos atores sociais implicados, dos processos produtivos e do trabalho agrícola. No ponto de vista ambiental, é possível observar que essa modalidade tende a reduzir o impacto ambiental da produção e transporte dos alimentos pois, por exemplo, o tempo de deslocamento necessário para a conservação dos alimentos e a emissão de gases vinculada ao transporte são inferiores.

Do ponto de vista econômico, a proximidade garante menos perdas vinculadas ao transporte e ao tempo de deslocamento do produto, além de favorecer a economia local. Do ponto de vista produtivo, os ideais deste circuito se aproximam da produção agroecológica e também favorecem a defesa da tradição dos atores sociais.

O debate territorial referido à dimensão local da produção engloba a discussão das redes alimentares alternativas ao modelo agroalimentar industrial, “ressaltadas as características locais das comunidades, como as

tradições, o modo de vida, a valorização do saber-fazer, o cuidado com a paisagem, além de produtos ecológicos, de época e com preços justos"[9].

Assim, a definição dos circuitos curtos considera as dimensões econômicas e socioculturais. As iniciativas desta natureza tendem a tomar em conta a distância, os parâmetros organizativos dos produtores e consumidores, os fatores culturais relacionados à confiança entre os atores envolvidos, e a valorização do mercado local e do produto agroecológico (p. 6)[9].

Segundo Borsatto e Carmo[10], estes circuitos integram as características culturais e geográficas dos produtores ao cultivo, onde "a Agroecologia não considera os agricultores como objeto de estudo, e sim como sujeitos participantes da sistematização e concepção de novos conhecimentos que visem a construção de um rural mais sustentável" (p. 713).

Como foi mencionado na introdução, este artigo estuda as relações de trabalho observada nos agricultores agroecológicos da cooperativa Cooperflora do Assentamento Milton Santos. Parte desses agricultores atua em uma OCS, dispositivo que assegura a Garantia da Qualidade Orgânica.

A modalidade de fiscalização de uma OCS ocorre na interação entre produtores, consumidores e técnicos responsáveis (p. 9)[11]. Os autores destacam que o funcionamento da organização "exige a articulação dos agricultores entre si" (p. 10)[11]. Segundo a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), os produtores de uma OCS podem constituir uma cooperativa ou associação: "Para que este grupo de produtores familiares seja reconhecido como OCS, é necessário que estejam organizados e possuam entre si uma relação de comprometimento e confiança"[12].

A relação de confiança ocorre entre os produtores e consumidores e também entre os próprios produtores, e é baseada, segundo Darolt, nos valores relacionados à "cooperação social e parcerias entre produtores e consumidores; reconexão entre produção e consumo dentro de padrões sustentáveis; dinamização de mercados locais com identidade territorial; e revalorização da circulação de produtos de qualidade diferenciada, como é o caso de produtos de base ecológica" (p. 1)[9].

Essa relação de proximidade favorece o trabalho coletivo e a valorização do trabalho do agricultor, e a "aproximação entre o local de produção e seus consumidores, rompendo com a relação puramente mercadológica"[6].

1.2 Agroecologia no MST

A agroecologia emerge no movimento contribuindo às discussões no âmbito político, em um contexto de políticas agrícolas adotadas pelo Estado brasileiro tradicionalmente orientadas para uma agricultura de larga escala, fortemente mecanizada, voltada para a exportação e dependente de complexos agroindustriais oligopolizados[13]. Os autores apresentam uma análise sobre a Proposta de Reforma Agrária do MST de 1995, onde é possível identificar críticas ao modelo agrícola relacionado às monoculturas:

"A Agroecologia é entendida em sua dimensão total, ou seja, além da conceituação que a coloca como um conjunto de práticas aplicadas à agricultura e apresenta como principal objetivo a busca por uma relação harmônica entre o Homem e a Natureza, também abrange uma proposta que incorpore as relações sociais de trabalho, alteridade, cultura, identidade e etnicidade, valorizando saberes e fazeres colocando o ser à frente do ter". (p. 23)[14]

Assim, o movimento se alinhou com a reconstrução dos saberes agroecológicos que buscam reintegrar os conhecimentos tradicionais nas práticas agrícolas, como a valorização dos ciclos ecológicos, da diversidade de espécies cultiváveis e das pessoas no processo produtivo.

"O saber científico não é mais uma monocultura e sim parte de uma ecologia mais ampla, na qual dialoga com o saber laico, com o saber popular, como saber dos indígenas, com o saber das populações urbanas marginais, com o saber camponês". (p. 714)[10]

O MST integra a produção de alimentos saudáveis, a preservação ambiental, a valorização da terra conquistada com enfoque político, ressaltando a relação entre a agricultura, o modelo de desenvolvimento para o campo e a saúde dos trabalhadores e da sociedade. Com destaque nas pesquisas que relacionam a saúde às áreas de reforma agrária, como Rückert e Aranha[15] destacam a relação entre a agroecologia, educação emancipadora como modelos de desenvolvimento para o campo e a saúde.

Em especial na atividade agrícola, percebemos a circulação de valores relacionados à popularização e à socialização de tecnologias sociais na agricultura, o que pode ser observado principalmente por meio da socialização dos saberes e da troca de mudas, plantas medicinais, sementes e medicamentos homeopáticos com as demais pessoas do assentamento (p. 122)[15].

A agroecologia favorece a valorização de vertentes críticas à Revolução Verde. Propondo a reformulação do processo produtivo, suas premissas consideram a complexidade da agricultura valorizando os saberes tradicionais e as inovações tecnológicas. No assentamento, é possível agregar ao debate sobre a reforma agrária, saúde e valorização dos atores sociais relacionados ao trabalho no campo.

Foco de estudo deste trabalho, o Assentamento Milton Santos foi implantado em 2005 na zona periurbana entre os municípios de Americana e Cosmópolis, no estado de São Paulo. Historicamente, as terras do assentamento foram ocupadas com cultivos de café, algodão, cana de açúcar e soja[16].

Desde o processo de concepção, seu histórico de construção foi direcionado pela proposta da "Comuna da Terra" do MST, aplicada aos assentados originários de grandes cidades. Assim, suas terras devem se situar próximas das grandes aglomerações urbanas, a agroecologia e a cooperação devem ser pilares dos projetos produtivos dos assentados e o acesso coletivo à concessão da terra deve ser privilegiado[17].

O assentamento também é direcionado pela modalidade de Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) como proposta mobilizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Segundo Gaspari, o PDS "busca promover atividades produtivas em áreas de interesse ambiental com acompanhamentos sistemáticos e baseados no uso de práticas ecológicas e sustentáveis no âmbito da Agroecologia" (p. 61)[18].

Em ambos os direcionamentos, a agroecologia constitui um pilar central no desenvolvimento das ações agrícolas, da segurança alimentar regional e da soberania alimentar, atuando na noção de multifuncionalidades da agricultura e analisando as relações sociais possibilitadas no local, como apresentado por Moruzzi Marques e outros[18]. Este estudo fortalece a importância de pesquisas em assentamentos que dialoguem sobre a dinâmica social e ampliem o foco de estudo para além da produção agrícola.

Os agricultores assentados são, em sua maioria, originários de áreas urbanas e carecem de uma cultura tradicional vinculada à terra na sua trajetória. "Mesmo aqueles que tiveram experiências agrícolas antes de acessar a terra eram, geralmente, trabalhadores rurais atuando pontualmente em época de colheita em fazendas de monocultivos (algodão, cana-de-açúcar, laranjas)" (p. 94)[19].

Durante a implantação do assentamento, a baixa distribuição de água foi notória. Além disso, dos 5 hectares propostos, inicialmente apenas 1 hectare foi destinado para cada família. Os assentados direcionaram seus esforços à produção de olericultura (hortaliças e legumes) e à criação de pequenos animais. A esse respeito, Morgane Retière desenvolve as seguintes considerações:

"As áreas reduzidas (1 hectare por família) limitam as possibilidades de cultivar cereais ou mandioca em escalas que permitam gerar uma renda suficiente para manter uma família. A horticultura, atividade mais intensiva e adaptada a pequenas superfícies, demanda conhecimentos técnicos e de planejamento para manter uma produção estável ao longo do ano". (p. 94)[19]

Quanto às políticas públicas relacionadas ao caso estudado, é possível mencionar o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), política pública brasileira orientada a garantir alimentos saudáveis e de alta qualidade para os estudantes da educação básica em escolas públicas e filantrópicas; e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), estabelecido para promover o acesso à alimentação e estimular a produção agrícola por meio da agricultura familiar. Nesse sentido, o PAA compra produtos de agricultores familiares e os distribui para populações vulneráveis, como famílias em situação de insegurança alimentar. Também apoia a geração de renda para pequenos produtores, fomentando a economia local.

O PAA foi uma política pública de grande importância para o processo de desenvolvimento produtivo do assentamento até 2014, como apresentado por Marques e outros[17]. Os autores destacam a atuação do programa junto à noção de segurança alimentar e aos respectivos impactos dos circuitos curtos de comercialização.

Através de uma sala de alfabetização em atividade de Educação para Jovens e Adultos (EJA), os assentados passaram a discutir formas de melhorar o assentamento. Esse espaço fomentou a criação da cooperativa Cooperflora (cooperativa de agricultura familiar de Americana em Cosmópolis, Limeira e Piracicaba) composta atualmente por 26 famílias, "das quais somente doze efetivamente produzem e comercializam via a cooperativa" (p. 137)[20].

A cooperativa atua "visando favorecer a comercialização de produtos, particularmente orgânicos, de seus membros. Desta forma, foi possível organizar o fornecimento direto de cestas de alimentos para grupos de consumo solidário dos arredores" (p. 555)[18].

O direcionamento para a comercialização de cestas é decorrente do envolvimento da cooperativa com o MST, que ocorre devido à presença de uma assentada que é militante ativa no movimento. Essa relação contribui para que o grupo discuta temas vinculados à produção agroecológica, que se tornou a orientação central do MST para os assentamentos, como mencionado anteriormente.

A cooperativa teve início em 2014 com a organização de 20 famílias interessadas. No ano seguinte ocorreu a oficialização da cooperativa, porém, a comercialização começou só a partir de 2016, com a venda direta de cestas fechadas fornecidas a grupos de consumo solidário das cidades do entorno[21].

Assim, a comercialização das cestas ocorre semanalmente ou quinzenalmente, variando conforme as características do grupo de consumo. Em todos os casos, é composta por dois tipos de folhosas, dois tipos de legumes, uma fruta e um item especial, que pode ser pão caseiro, mel, arroz orgânico ou pimenta. Os produtos são cultivados em função da sazonalidade agrícola.

Por exemplo, a organização das cestas entregues em Americana ocorre semanalmente, e é organizada de forma colaborativa entre os agricultores e os próprios consumidores. Ao longo da semana, um dos consumidores voluntários assume a responsabilidade de consolidar os pedidos do grupo. Geralmente, às segundas-feiras, a lista completa dos produtos solicitados é enviada ao assentamento, onde, no mesmo dia, ocorre uma reunião entre os agricultores para verificar a disponibilidade dos itens e confirmar a viabilidade da entrega. Na manhã de terça-feira, cada agricultor realiza a colheita, higienização e separação dos alimentos. À tarde, um dos assentados reúne todos os produtos, utilizando veículo próprio para transportá-los até a cidade, em um trajeto de aproximadamente 15 km. No ponto de entrega, consumidores voluntários se encarregam da montagem das cestas, bem como do apoio na organização financeira e na distribuição final dos produtos.

No final do primeiro semestre de 2017, a cooperativa fornecia aproximadamente 50 cestas por semana para dois grupos distintos de consumidores da cidade de Americana e Paulínia (p. 555-6)[18]. No primeiro semestre de 2019, os cooperados atuavam junto a 4 grupos de consumo ativos que somam cerca de 80 cestas semanais, em um valor médio de R$ 35,00[I]. O preço incluía custos de deslocamento, considerando o valor do combustível em relação a distância percorrida. Demonstrando o crescimento da experiência, frisava-se: "O crescimento deste grupo de consumidores solidários demonstra a repercussão positiva das ações propostas de apoio à comercialização das famílias assentadas" (p. 7)[22].

A maioria dos trabalhadores da cooperativa são agricultores com mais de 40 anos de idade que procuram dividir a carga de trabalho: "Suas atividades coletivas ocorrem, por exemplo, na forma de mutirões para plantio e manejo nos lotes individuais das famílias que constituem o grupo, na resolução de problemas de comercialização e na procura de técnicas mais sustentáveis de produção" (p. 554)[18].

Com a pandemia de Covid-19, alguns canais de comercialização foram interrompidos, incluindo aqueles relacionados aos mercados institucionais, como o PAA e PNAE. Assim, a alternativa para manter a comercialização e garantir a segurança dos assentados foi oferecer serviços de entrega, mantendo o distanciamento social. Os pedidos eram organizados por meio de aplicativos de mensagem.

2. Materiais e métodos

Neste artigo buscamos discutir as mudanças no trabalho de agricultores e agricultoras da Cooperativa Cooperflora, do assentamento Milton Santos. Os dados apresentados foram obtidos através da pesquisa de mestrado[23], na temática de gênero, e do trabalho no assentamento, com o foco de estudo em mulheres agricultoras que integram a OCS Terra Viva. Assim, embora nossas entrevistas fossem direcionadas às mulheres, suas falas englobam diversas vivências de trabalho dos homens e mulheres da OCS Terra Viva e da cooperativa. Em termos de nomenclatura, ao mencionar o termo "agricultores", buscamos incluir os homens e mulheres que trabalham nesta Cooperativa.

Este trabalho foi orientado pela pesquisa social qualitativa[24]. A relação entre o sujeito e o objeto da pesquisa foi encaminhada junto ao Núcleo de Agroecologia "Nheengatu", com destaque para os grupos de Comercialização Justa e Cultura Alimentar (CAJAN) e o grupo Territorialidades Rurais e Reforma Agrária (TERRA), que realizam atividades na temática de assistência técnica agroecológica e nos circuitos curtos de comercialização.

A metodologia foi desenvolvida a partir da pesquisa bibliográfica e documental. Consideramos documentários e curtas-metragens dos registros vinculados ao assentamento, produzidos pela mídia local e regional, disponíveis no site eletrônico da cooperativa e dos que divulgam as ações do assentamento. O objetivo foi compreender o histórico de desenvolvimento do assentamento e as teorias relacionadas à temática abordada.

A observação participante de campo foi vivenciada durante os mutirões de imersão mensais e visitas de campo integradas à disciplina "Sociologia e Extensão Rural", ministrada às estudantes de engenharia agronômica da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ), organizados pelos grupos inseridos no mencionado Núcleo de Agroecologia "Nheengatu". Esta prática foi essencial para compreender a dinâmica do assentamento e o cotidiano dos agricultores. Um caderno de campo foi utilizado para realizar um registro das falas, percepções e questionamentos pertinentes à pesquisa, informações preliminares que resultaram úteis para a construção do roteiro de entrevistas.

[I] R$35.00 equivale a US$ 8,6, considerando uma taxa em que R$1 equivale a US$ 0.24 (2019).

O roteiro de entrevistas semiestruturadas considerou 3 tópicos, descritos a seguir:

1. Informações relacionadas às entrevistadas: núcleo familiar, origem e trajetória de vida, culturas produzidas divisão de tarefas no processo produtivo e mobilização social no assentamento Milton Santos;

2. Informações sobre a produção agroecológica: compreensão da agroecologia, apoio técnico fornecido ao assentamento, rotina diária das produtoras e grupos de cooperados;

3. Informações sobre a organização da comercialização: rotina de comercialização da OCS Terra Viva e da cooperativa.

A entrevista busca valorizar a história oral como um elemento pertinente para construir uma entrevista considerando as vivências dos assentados. Essa abordagem interdisciplinar de "pesquisa de história de vida abrange tanto a compreensão e a interpretação das vidas individuais, quanto a análise das sociedades mais amplas" (p. 13)[25].

Foi realizada uma entrevista de grupo focal com duração de uma hora, sendo considerada como técnica de pesquisa para fomentar a discussão em grupo, de forma "que permita o intercâmbio de saberes e experiências entre os participantes"[26], além de entrevistas individuais com uma duração de 30 minutos. As entrevistas individuais ocorreram em período anterior à realização do grupo focal com o objetivo de avaliar o roteiro proposto.

Os roteiros das entrevistas foram construídos para permitir que as entrevistadas manifestassem livremente suas perspectivas de vida, seus pontos de vista sobre seu trabalho e sua atuação em coletividade, considerando que "na perspectiva estrutural, o pesquisador busca entender e explicar as relações existentes entre os fenômenos analisados a partir das visões dos sujeitos implicados no processo, bem como de seus discursos"[27]. Em momento posterior à coleta de entrevistas, os resultados foram tabulados em categorias temáticas para auxiliar no processo de análise e discussão.

3. Resultados e discussão

Segundo informações relatadas por uma agricultora da cooperativa, a proposta de comercialização de cestas de produtos em circuitos curtos é uma orientação do MST: "O movimento já vem trabalhando com cesta" (fevereiro de 2018, entrevista com interlocutora OCS2; não referenciado).

A proposta de cesta tem início no debate sobre a orientação da agroecologia como modelo produtivo, como discutido por Borsatto e Carmo[13]. No alinhamento do MST, a soberania alimentar[2] agrega ao debate por considerar, entre outros fatores, o fortalecimento dos assentamentos na luta pela reforma agrária e sua ação perante a sociedade através da produção agrícola agroecológica no território.

Na premissa do cuidado com o alimento, vista a relação direta formada entre o produtor e o consumidor, a organização da cooperativa desenvolveu formações na temática da agroecologia, em integração com as diretrizes do MST e das universidades da região. Uma das assentadas entrevistadas destaca: "A produção cresceu depois das oficinas, pra mostrar que é possível sobreviver da terra, porque é possível" (fevereiro de 2018, entrevista com interlocutora OCS2; não referenciado).

A integração da agroecologia como campo cientifico e acadêmico é evidenciada, conforme Borsatto e Carmo[10], demonstrando que a agroecologia emerge no contexto socioambiental, econômico e tecnológico. Os autores destacam que a agroecologia envolve uma multiplicidade de olhares, inclusive os saberes tradicionais.

A maior parte dos agricultores do assentamento em estudo são originários das cidades próximas a Americana, com trabalhos sazonais relacionados à terra. É o caso da colheita de laranja, conforme apresentado por Retière[19]. Os relatos apresentam a importância das formações universitárias e a troca de vivências dos poucos assentados que tinham experiência com a produção agrícola.

Com o avanço das formações e as trocas de saberes, o cultivo que ocorre no assentamento Milton Santos se construiu como uma rede de agroecologia alternativa, que integrou os atores sociais envolvidos no processo, como apresentado por Darolt e outros[9], incluindo a cooperação e reconexão entre os produtores e consumidores.

O apoio dos assentados à proposta de comercialização das cestas se deve às dificuldades da comercialização em feiras, incluindo fatores como a distância e o tempo dedicado durante o dia de vendas. Uma das agricultoras entrevistadas relata: "A preocupação da feira é não vender, sobrar e perder. A cesta já é vendida então se voltar uma ou duas cestas não afeta o trabalhador. Se você vai na feira e volta com a metade, pesa" (fevereiro de 2018, entrevista com interlocutora OCS2; não referenciado).

Assim, a garantia de renda representa um fator importante que tornou a comercialização de cestas atrativa para os agricultores. Com o desenvolvimento da cooperativa, outros fatores emergiram, entre eles, o zelo com o alimento, conforme relatado por uma das entrevistadas, "Ah, antigamente, você mandava tudo sujo, a pessoa não tinha capricho, e agora a gente fez uma reunião, aí a gente: '–Vamos agora mandar tudo bonitinho!'" (fevereiro de 2018, entrevista com interlocutora OCS1; não referenciado).

Como foi mencionado anteriormente, as entregas ocorrem semanalmente ou quinzenalmente, dependendo do grupo de consumo, sendo que alguns agricultores também entregam alimentos para os mercados institucionais, como o PNAE e PAA. Ao indagar sobre as entregas, foi possível observar um sentimento afetivo nas agricultoras:

> Primeiro a cesta, a cesta em primeiro lugar
>
> Entrevistadora: Você prefere assim ou antes era mais rápido?
>
> Ah, sabe que eu prefiro com mais qualidade [...]. [Com] mais amor, porque mesmo que você manda pouco, mas você manda com amor. Aquilo que você tá mandando, você sabe que tá mandando uma coisa boa pra pessoa comer, porque é lógico que a pessoa vai comer aquilo, as verduras.
>
> Entrevistadora: Você já foi em alguma entrega de cesta?
>
> "De cesta eu vou toda segunda-feira! Ah, eu gosto, eu acho legal o pessoal pega aquela cesta com todo amor, com tanto carinho, mais como é legal! Nossa, mais é uma delícia gente, você vê aquele povo pegando aquela cesta, sabendo que vai comer uma coisa saudável, é muito bom, é bom demais. Ah, como eu fico feliz de ver aquele pessoal, tudo humilde né (fevereiro de 2018, entrevista com interlocutora OCS1; não referenciado).
>
> Outro elemento que confirma a relação com o cuidado com o alimento é destacado por outra agricultora: "Você precisa ver, ele é todo 'bruto', mas agora [com a cooperativa] todo ramo de couve vem amarrado com uma fita" (maio de 2019, entrevista com interlocutora OCS2; não referenciado).

Essas falas demonstram como o cuidado com o produto se intensificou com a comercialização em circuitos curtos, um aspecto concordante com o proposto por Darolt e outros[9] que adota uma mínima participação de intermediários e favorece a produção local que valoriza a sustentabilidade e a soberania alimentar[28]. Adicionalmente, o cuidado com os alimentos no período de pós-colheita foi modificado em virtude desta modalidade de comercialização, com tarefas que repercutem no cuidado com os alimentos do produtor. Assim, a comercialização em circuito curto fomenta esses aspectos, justamente porque o produtor reconhece o consumidor, independente do trabalho que envolve essa ação.

Outro princípio surgido na cooperativa está relacionado à precificação dos alimentos. Um importante relato de uma agricultora demonstra a preocupação pela comercialização dos alimentos a todas as classes sociais:

> A gente trabalha com um preço pra atingir a classe trabalhadora também, porque é injusto só a classe mais alta poder comer orgânico, sabendo que é nós que produzimos. Então, o preço nosso é acessível a todos! [...] Além de produzir, a gente quer fazer uma forma diferenciada de encarar a vida e o trabalhado. A alimentação não pode ser só mercadoria, enquanto trabalhar só pra ter lucro não vai pra frente! Pra tocar um pedaço de terra, precisa entender que isso é um alimento que não pode ser tratado só como mercadoria, tem que ter amor, tem que ter cuidado e tem que ter respeito. E isso é uma forma diferente; aí a loja quer pagar R$3 num pacote nosso e vender a R$5, a R$8[II]. Então, nós queremos assim, porque se vender a R$3, nos tamo ganhando e mudando a qualidade de vida das pessoas. (fevereiro de 2018, entrevista com interlocutora OCS2; não referenciado)

Por meio da Lei nº 12.512/2011[(29)] e da Resolução FNDE nº 06/2020[(30)], que autorizam a aquisição de alimentos orgânicos e agroecológicos com acréscimo de até 30% no valor de compra em relação aos produtos convencionais, a legislação brasileira reconhece esse diferencial, incentivando diretamente a produção e a renda dos agricultores que adotam práticas sustentáveis

Assim, a precificação do trabalho busca o preço considerado justo para que o produto orgânico possa atingir um maior número de pessoas. Porém, a proposta de valores acessíveis encontra algumas adversidades, como a ideia generalizada de que os produtos orgânicos são caros. Uma das entrevistadas destaca esta situação: "Tem gente que não acredita que é orgânico por ser barato" (fevereiro de 2018, entrevista com interlocutora OCS3; não referenciado)

Como mencionado por um dos entrevistados, o fato que os produtos da cesta de alimentos sejam oferecidos com um valor mais baixo do tradicionalmente encontrado no supermercado ocorre pela ausência de intermediários. Isso corrobora a perspectiva de que a modalidade de venda direta permite aos consumidores um acesso direto e com preço menor.

Durante a participação dos dias de campo, foi possível observar a autonomia dos agricultores nas escolhas produtivas, no horário de trabalho e na definição do que será colhido para atender aos pedidos de cestas.

A reunião de planejamento das cestas ocorre semanalmente. Uma das assentadas é responsável por receber os pedidos pelo aplicativo de mensagens e na reunião participa um membro da cooperativa responsável por anotar os alimentos que irão compor as cestas no caderno de anotações.

Três fatores orientam a construção da cesta: revisão dos alimentos que foram entregues na última cesta para que não haja repetição; os alimentos que cada agricultor tem na quantidade de cestas pedidas, considerando a possibilidade de misturar alimentos do mesmo grupo alimentar; e a preferências dos consumidores. Sobre o último fator, uma das entrevistadas menciona uma discussão sobre a possível inclusão de açafrão da terra: "Não vamos mandar tempero nesse grupo, eles não gostam" (fevereiro de 2018, observação participante da reunião da Cooperativa Cooperflora; não referenciado).

Ao acompanhar uma entrega de cestas, foi possível perceber a relação de familiaridade entre os assentados e os consumidores, como no seguinte diálogo:

> Agricultora*: - Não tá vindo alface por causa da chuva.*
>
> Consumidor*: - Sim, choveu demais!"*
>
> Consumidor: - *Ela [a esposa] falou com você? A gente quer trocar o pão.*
>
> Agricultora: - *Sim, ela me mandou mensagem, trouxe arroz orgânico. Tem o branco e o integral, qual você quer?* (fevereiro de 2018, observação durante entrega de cestas em Americana, São Paulo; não referenciado)

[II] Os valores de R$3, R$5 e R$8 equivalem a US$ 0,7, US$ 1,2 e US$ 1,9, respectivamente, considerando a mesma taxa de conversão: R$1 equivale a US$0.24 (2019).

Nesta fala é possível observar uma relação de empatia, onde o consumidor compreende o efeito do clima na produção. Em um segundo momento, ocorre o diálogo sobre as preferencias do consumidor, ações que ocorrem através da venda direta, promovendo o reconhecimento do trabalho dos agricultores.

Neste âmbito, a tomada de consciência dos consumidores sobre os elementos que determinam sua qualidade de vida se apresenta associada aos modelos agrícolas e seus múltiplos serviços ambientais, como abordado por Moruzzi Marques[2].

Outro elemento a ser destacado nas entrevistas relacionados à qualidade de vida dos assentados se constrói na troca de sementes e alimentos, fatores que contribuem a fortalecer a segurança e a soberania alimentar dos agricultores neste assentamento. Uma das entrevistadas relata como a cooperativa mudou sua alimentação:

> É de não passar nenhum tipo de necessidade de alimentação, quem tem um pedaço de terra. Pode passar outras dificuldades, mas na questão de alimentação, não. Pode não comer o arroz, mas o feijão sempre vai ter, a mandioca, uma galinha, um ovo. Pode não ter o que tem na cidade, na prateleira do supermercado, mas comida não falta. Então, eu não compro quase nada no supermercado, porque a gente troca, e se não troca, pega do vizinho e depois repõe.
>
> Tem troca de semente entre a gente, e de produto também, na hora de preparar a cesta, a gente já fala: "Você tem quiabo, troca comigo com cebola? Troca comigo com abóbora?" (fevereiro de 2018, entrevista com interlocutora OCS2; não referenciado)

Essas ações demonstram que a atuação em circuitos curtos constrói uma relação de proximidade entre os próprios agricultores. Considerando o foco anteriormente mencionado em atingir a quantidade cotada para a comercialização via programas institucionais, como o PAA e o PNAE, na relação promovida pela comercialização em cestas, foi possível observar a colaboração entre os próprios agricultores para uma maior diversidade alimentar. Ao questionarmos sobre o futuro da cooperativa, uma das agricultoras destaca o desejo do grupo:

> Lutar pela unidade de processamento pra ajudar a agregar valor no nosso alimento. [...]. As famílias que pegam as cestas são pequenas que trabalham fora, então, eles preferem que tenha a abóbora já descascada e picada. Entregar de uma maneira mais ágil pras famílias fazer sua comida. (fevereiro de 2018, entrevista com interlocutora OCS2; não referenciado)

Esse planejamento representa uma possibilidade de diversificação do trabalho e uma maneira de agregar novos agricultores à cooperativa. A principal dificuldade está relacionada às questões financeiras da construção de uma unidade de processamento. Uma das agricultoras entrevistadas relata: "Então, isso é maravilhoso, a diferença que dá na qualidade de vida" (fevereiro de 2018, entrevista com interlocutora OCS2; não referenciado). A mesma agricultora também comenta sobre a melhora na sua saúde:

> O que melhorou mais foi minha questão de saúde, quando eu não morava aqui, eu tinha vários problemas de saúde, dor de cabeça, enxaqueca. Depois que eu comecei a comer melhor e morar aqui, eu não tenho problema de nada. (fevereiro de 2018, entrevista com interlocutora OCS3; não referenciado)

Os elementos apresentados demonstram como a comercialização em circuitos curtos promove uma relação de proximidade e reconhecimento entre os agricultores e consumidores, assim como entre os próprios agricultores, favorecendo a melhoria na alimentação e na qualidade de vida. As relações com o trabalho sugerem uma autonomia do produtor e a criação do zelo com o alimento.

Por fim, é importante destacar que, embora a experiencia seja avaliada pelos agricultores como positiva para a geração de renda e a proximidade, a atuação corresponde a uma realidade local, presente num contexto específico. Assim, existe pouca articulação e baixo impacto na transformação do sistema dominante, sendo importante o fortalecimento dessa proposta de comercialização dentro do MST para integrar políticas públicas locais,

especialmente em escolas e outras instituições públicas, no sentido de favorecer a agroecologia de forma territorializada[31].

4. Conclusões

Este artigo teve como objetivo analisar as mudanças em relação ao trabalho dos agricultores agroecológicos do assentamento Milton Santos, que atuam através da comercialização de cestas na modalidade dos circuitos curtos de comercialização. Dois elementos se destacaram durante a construção da pesquisa: a busca pela precificação justa e a criação de zelo pelo alimento produzido.

Os assentamentos desempenham um papel importante na mitigação das mudanças climáticas, pois contribuem para a preservação ambiental e para o desenvolvimento de práticas agrícolas sustentáveis locais. Ao proporcionar o acesso à terra para agricultores familiares, esses assentamentos incentivam sistemas de produção diversificados e de menor impacto ambiental, como a agroecologia e a agricultura orgânica. Além disso, promovem a recuperação de áreas anteriormente degradadas, contribuindo para a criação de corredores ecológicos. Dessa forma, os assentamentos da reforma agrária se tornam espaços estratégicos para o enfrentamento da crise climática, unindo produção de alimentos com conservação ambiental.

Foi possível observar que o preço justo está relacionado ao debate sobre as desigualdades sociais, desde que os assentados buscam fornecer os alimentos produzidos a um valor que permita alcançar a maior quantidade de famílias possíveis. A proposta busca popularizar o consumo de alimentos orgânicos, que nos grandes mercados tem alto valor capitalizado, acessível assim a uma pequena parcela da população.

O segundo elemento, a criação de um maior vínculo afetivo com o alimento produzido, foi possível através da comercialização em circuitos curtos e no reconhecimento mútuo entre os consumidores e os produtos, promovido por essa modalidade de comercialização. O fortalecimento das relações dos agricultores com os consumidores pode incentivar a estruturação de outros grupos de consumo, visto os elementos positivos decorrentes dessa modalidade, além de promover um debate sobre a atuação e a aproximação dos assentamentos à sociedade.

Outros pontos observados demonstram o aumento da qualidade de vida e da saúde dos assentados, como o trabalho coletivo realizado pelos mutirões e as trocas de saberes, sementes e alimentos entre os produtores. Assim, foi possível observar que a produção agroecológica abrange as dimensões ecológicas, econômicas, sociais e agronômicas no planejamento produtivo.

Sobre o trabalho no campo, embora ocorra uma acumulação de tarefas, a autonomia é um fator presente na rotina dos agricultores. As ações apresentadas neste artigo se encontram com a noção da multifuncionalidade da agricultura, principalmente observada na segurança alimentar promovida pela melhoria da qualidade de vida e as trocas de sementes e alimentos entre os assentados.

Também foi possível observar que o reconhecimento dos consumidores e a valorização do trabalho dos agricultores são elementos presentes na dinâmica dos circuitos curtos com a capacidade de promover o senso de comunidade.

Embora a população considerada neste estudo seja pequena, ela possibilitou a emersão de elementos que podem direcionar estudos futuros, principalmente aqueles relacionados ao processo de agroindustrialização e suas possíveis alterações na dinâmica produtiva do assentamento estudado.

Agradecimentos

Este artigo recebeu apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) - Código de Financiamento 001. O trabalho está baseado na dissertação desenvolvida entre 2017 e 2019, no Programa de Pós-Graduação Interunidades em Ecologia Aplicada da Universidade de São Paulo, campus Luiz de Queiroz.

Agradeço sinceramente ao Dr. Paulo Eduardo Moruzzi Marques por sua inestimável orientação e apoio no desenvolvimento desta dissertação.

Transparência dos dados

Todo o conjunto de dados que embasa os resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

Declaração de contribuição dos autores

Por favor, indique a contribuição de cada autor ao manuscrito no formulário CRediT (https://credit.niso.org/contributor-roles-defined/).

	GM Mendonça
Conceituação	
Curadoria de dados	
Análise formal	
Investigação	
Metodologia	
Administração do projeto	
Redação– rascunho original	
Redação – revisão e edição	

Referências

(1) Altieri MA. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. Rev Nera. 2010;(16):22-32. Doi: 10.47946/rnera.v0i16.1362.

(2) Moruzzi Marques PE. Embates em torno da segurança e soberania alimentar: estudo de perspectivas concorrentes. Rev Segur Aliment Nutr. 2010;17(19):78-87. Doi: 10.20396/san.v17i2.8634795.

(3) Brasil. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Lei N° 10.831 [Internet]. 2003 [cited 2025 Sep 15]. Available from: https://legis.senado.leg.br/norma/552707#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20agricultura%20org%C3%A2nica%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAncias

(4) Brasil. Regulamenta a Lei no 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências. Decreto N° 6.323 [Internet]. 2007 [cited 2025 Sep 15]. Available from: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/legislacao/portugues/decreto-no-06-323-de-27-de-dezembro-de-2007.pdf/view

(5) Maas L, Malvestiti R, Gontijo LA. Work in organic farming: an overview. Cienc Rural. 2020;50(4):1-9. Doi: 10.1590/0103-8478cr20190458.

(6) Bartelt DD, editor. Um campeão visto de perto: uma análise do modelo de desenvolvimento brasileiro [Internet]. Rio de Janeiro: Heinrich Böll Foundation; 2012 [cited 2025 Sep 15]. Available from: https://br.boell.org/pt-br/2012/07/16/um-campeao-visto-de-perto-uma-analise-do-modelo-de-desenvolvimento-brasileiro-0

(7) Silva BJ. Circuitos curtos de comercialização de alimentos orgânicos: emancipação socioeconômica na agricultura familiar? [master's thesis on Internet]. Florianópolis (BR): Universidade Federal de Santa Catarina; 2015 [cited 2025 Sep 15]. 120p. Available from: https://lacaf.paginas.ufsc.br/files/2015/10/Bruno.-Disserta%C3%A7%C3%A3o-configurada-19.06.2015.pdf

(8) Marques PEM, Le Moal MF, de Andrade AGF. Programa de aquisição de alimentos (PAA) no estado de São Paulo: agricultura de proximidade em questão. Ruris. 2014;8(1):63-89. Doi: 10.53000/rr.v8i1.1741.

(9) Darolt MR, Lamine C, Brandenburg A, Alencar MDCIF, Abreu LS. Redes alimentares alternativas e novas relações produção-consumo na França e no Brasil. Ambiente Soc [Internet]. 2016 [cited 2025 Sep 15]; 14(2):1-22. Available from: https://www.scielo.br/j/asoc/a/KgSQNgpc5gF5Tx65N9H7DGd/?format=pdf&lang=pt

(10) Borsatto RS, Carmo MSD. Agroecologia e sua epistemologia. Interciencia [Internet]. 2012 [cited 2025 Sep 15];37(9):711-6. Available from: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=33925502010

(11) Moreira RM, Hirata AR, Rocha LCD, Pegorer AP, Fonseca MF, Passos M, Pedini S, Medaets JP. Organização de controle social [Internet]. Pouso Alegre: Instituto Federal de Educação; 2016 [cited 2025 Sep 15]. 21p. Available from: https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/PDFs/proex/publicacoes_livros/cartilha_2.pdf

(12) Ministério da Agricultura e Pecuária (BR). Termo de compromisso com a garantia da qualidade orgânica [Internet]. [cited 2025 Sep 15]. 1p. Available from: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/como-cadastrar-a-sua-organizacao-de-controle-social-ocs/9-termo-de-compromisso-mutuo-com-a-garantia-da-qualidade-organica.docx

(13) Borsatto RS, Carmo MSD. A construção do discurso agroecológico no movimento dos trabalhadores rurais sem-terra (MST). Rev Econ Sociol Rural. 2013;51(4):645-60. Doi: 10.1590/S0103-20032013000400002.

(14) Gomes LF, Reis EFR, Silva LDDA, Fonseca AIA. Agricultura familiar e agroecologia: uma abordagem conceitual. Rev Cerrados (Montes Claros) [Internet]. 2013 [cited 2025 Sep 15];11(1):22-37. Available from: https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/cerrados/article/view/3023

(15) Rückert B, Aranha AVS. Lutar por saúde é lutar por reforma agrária: estudo sobre práticas de saúde no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Saúde Soc. 2018;27(1):116-27. Doi: 10.1590/s0104-12902018170158.

(16) Gaspari LCD. Pluriatividade em assentamentos próximos a grandes centros urbanos: o lugar da agricultura nas estratégias familiares [doctoral dissertation]. Piracicaba (BR): Universidade de São Paulo; 2017. 190p. Doi: 10.11606/T.91.2017.tde-05012017-150126.

(17) Marques PEM, Lucas AD, Gaspari LCD. Desenvolvimento territorial em questão: estudo sobre assentamento periurbano no Estado de São Paulo. Retratos de assentamentos. 2014;17(1):161-77. Doi: 10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2014.v17i1.158.

(18) Marques PEM, Gaspari LD, Almeida B. Organização de Controle Social (OCS) e engajamento agroecológico das famílias do assentamento Milton Santos no estado de São Paulo. Estud Soc Agric. 2017;25(3):545. Doi: 10.36920/esa-v25n3-4.

(19) Retière MIH. Agricultores inseridos em circuitos curtos de comercialização: modalidades de venda e adaptações dos sistemas agrícolas [master's thesis]. Piracicaba (BR): Universidade de São Paulo; 2014. 114p. Doi: 10.11606/D.91.2014.tde-06102014-160246.

(20) Mello Pinto S, Marques PEM. Redução do apoio público aos assentamentos: análise de uma resposta fundada em consumo solidário no assentamento Milton Santos. Retratos Assentamentos. 2019;22(2):131-46. Doi: 10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2019.v22i2.373.

(21) Mendonça GM, Marques PEM. Protagonismo feminino na agricultura agroecológica: estudo de uma organização de controle social no assentamento Milton Santos. Retratos Assentamentos. 2018;21(2);45-65. Doi: 10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2018.v21i2.298.

(22) da Silva AS, Rudink AAC, Ribas GP, Martins MG, Pinto SM, Mendonça GM, Marques PEM. Extensão universitária e economia solidária: experiência de distribuição de cestas de alimentos orgânicos oriundos da agricultura familiar. In: VIII Simpósio sobre reforma agrária e questões rurais [Internet]. 2018 [cited 2025 Sep 15]. Available from: https://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2018/4B/8_Matheus_Martins.pdf

(23) Mendonça GM. Protagonismo feminino na Organização de Controle Social (OCS) do assentamento Milton Santos na região de Americana/SP [master's thesis]. Piracicaba (BR): Universidade de São Paulo; 2019. 115p. Doi: 10.11606/D.91.2019.tde-02092019-093500.

(24) Minayo MCDS. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2016. 80p.

(25) Thompson JB. Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 9th ed. Petrópolis: Vozes; 2000. 427p.

(26) Prates LA, Ceccon FG, Alves CN, Wilhelm LA, Demori CC, da Silva SC, Ressel LB. A utilização da técnica de grupo focal: um estudo com mulheres quilombolas. Cad Saúde Pública. 2015;31(12):2483-92. Doi: 10.1590/0102-311X00006715.

(27) Moreira RM, Carmo MSD. Agroecologia na construção do desenvolvimento rural sustentável. Agri São Paulo [Internet]. 2004 [cited 2025 Sep 15];51(2):37-56. Available from: http://www.iea.sp.gov.br/out/publicacoes/pdf/asp-2-04-4.pdf

(28) Sevilla Guzmán E. Canales cortos de comercialización alimentaria en Andalucía [Internet]. Sevilla: Junta de Andalucía; 2012 [cited 2025 Sep 15]. 164p. Avaialable from: https://www.juntadeandalucia.es/export/drupaljda/CCC_alimentaria_en_Andalucia_2012.pdf

(29) Presidência da República (BR). Lei nº 12.512 [Internet]. 2011 [cited 2025 Sep 15]. Avaialable from: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12512.htm

(30) Ministério da Educação (BR). Resolução nº 6 [Internet]. 2020 [cited 2025 Sep 15]. Avaialable from: https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2020/resolucao-no-6-de-08-de-maio-de-2020/view

(31) Gonzalez De Molina M, García DL, Casado GG. Politizando el consumo alimentario: estrategias para avanzar en la transición agroecológica. Redes. 2017;22(2):31-55. Doi: 10.17058/redes.v22i2.9430.